

BOLETIM DE LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS DO TJMG

Periodicidade: semanal

Nº 240 – Outubro

Período de: 06/10/2012 a 12/10/2012

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.806	DJE; 09/10/2012	Revoga a Portaria nº 2.799, de 2012.	Port. 2.806 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.807	DJE; 09/10/2012	Altera a redação do art. 33 e o Anexo Único da Portaria nº 1.745, de 2005, para atualizar os valores devidos a título de adiantamento financeiro.	Port. 2.807 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.808	DJE; 10/10/2012	Determina providências para o cumprimento da Resolução nº 156, de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, relativamente à proibição de designação para função de confiança ou nomeação para cargo em comissão de pessoa que tenha praticado os atos que especifica.	Port. 2.808 (Site do TJMG)
PORTARIA DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA Nº 14	DJE; 10/10/2012	Dispõe sobre objetivos e metas dos Cartórios do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 1ª Vice 14 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 51	DJE; 10/10/2012	Avisa aos magistrados, servidores e usuários que prestem a devida atenção ao conteúdo da Portaria nº 01/2012 da Primeira Vice-Presidência deste sodalício, disponível no site do TJMG, de modo a se absterem de utilizar o Serviço de Protocolo Postal nos recursos direcionados aos Tribunais Superiores até deliberação do Órgão Especial deste Tribunal.	Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br ou
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 02	DJE; 10/10/2012	Acresce dispositivos à Instrução de Serviço nº 01/CGJ/2012, que dispõe sobre os procedimentos operacionais de alimentação do Banco Estadual de Mandados de Prisão instituído pela Portaria nº 2.087/CGJ/2012.	Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/corregedoria/codigo_normas/
PORTARIA Nº 2.347	DJE; 08/10/2012	Determina a realização da Correição Extraordinária Parcial na Comarca de Ubá.	

PORTARIA Nº 2.347 – ADITAMENTOS	DJE; 08/10/2012	Substitui servidores integrantes da equipe de realização dos trabalhos correicionais na Comarca de Ubá.
PORTARIA Nº 2.359	DJE; 09/10/2012	Determina a realização da Correição Extraordinária Parcial na Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Pedro Leopoldo.
PORTARIA Nº 2.360	DJE; 10/10/2012	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Serro.
PORTARIA Nº 2.361	DJE; 10/10/2012	Determina a realização da Correição Extraordinária Parcial nas 1ª e 2ª Varas da Comarca de Três Pontas.
PORTARIA Nº 2.367	DJE; 09/10/2012	Disciplina a suspensão dos prazos processuais relativos aos feitos que tramitam na 35ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte.
PORTARIA Nº 2.368	DJE; 11/10/2012	Determina a realização da Correição Extraordinária Parcial nas 2ª e 4ª Varas Criminais da Comarca de Juiz de Fora.
PORTARIA Nº 2.369	DJE; 11/10/2012	Designa o Juiz de Direito José Maurício Cantarino Vilela para responder pelo exercício da Direção do Foro da Comarca de Belo Horizonte, em substituição ao Juiz Auxiliar da Corregedoria Marco Antônio Feital Leite, e o Juiz de Direito Francisco Ricardo Sales Costa para responder pelas regiões administrativas da Corregedoria-Geral de Justiça e pelas atribuições de fiscalização dos serviços notariais e de registro, nos dias 18 e 19 de outubro de 2012.
RECOMENDAÇÃO Nº 26	DJE; 10/10/2012	Aos Escrivães do Estado de Minas Gerais, e até que seja implementada a nova sistemática de processamento dos leilões no formato <i>on line</i> , em um <i>link</i> no <i>site</i> do TJMG, para que a informação de cancelamento, antecipação ou redesignação de leilão ou praça seja processada de modo URGENTE, desde a juntada da petição que solicitar ou informar o seu cancelamento, até o despacho do juiz e a respectiva movimentação no SISCOM, em observância aos dispositivos legais preconizados no Código de Normas da Corregedoria, Provimento 161/CGJ/2006, notadamente o disposto no art. 192.

RECOMENDAÇÃO Nº 27	DJE; 11/10/2012	Recomenda aos magistrados, ressalvada a prática de atos urgentes e a adoção de medidas de natureza cautelar que julgarem adequadas e necessárias, seja sobrestado o julgamento dos processos que tratem da inconstitucionalidade das normas já citadas até o julgamento final das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº. 4.350 e nº. 4.627 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.	
---------------------------	--------------------	---	--

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br